



Grant Thornton

24 de março de 2017

À: Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

At.: Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Prezados(as) Senhores(as),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Diretor



Concessionária do Aeroporto
Internacional de Guarulhos S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2016



Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015	13

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 1.068.430 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 946.951 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.516.192 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2016, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação de risco de perdas por redução ao valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Nota Explicativa nº 10 – “Intangível”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA	Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
<p>A Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão. Em 31 de dezembro de 2016, o valor líquido desses ativos, reconhecidos no ativo intangível da Companhia, era de R\$ 15.491.909 mil. O principal procedimento adotado pela Administração para o teste anual de recuperação desse ativo intangível contempla a preparação de um fluxo de caixa futuro, incluindo a expectativa de obras e melhoramentos.</p> <p>Esse tema foi considerado como um PAA devido ao significativo grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração para elaboração do fluxo de caixa futuro, que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado e dos aspectos regulatórios previstos no Contrato de Concessão.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização de nossos especialistas para nos auxiliar no exame e avaliação das premissas e metodologia utilizada pela Administração da Companhia na preparação do fluxo de caixa; • desafiamos as principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, considerando se essas premissas estavam adequadas com base na atual situação de mercado e economia do País; • comparação das projeções com os resultados históricos; e • testamos os cálculos matemáticos do fluxo de caixa futuro elaborado pela Administração da Companhia.

Reconhecimento das receitas tarifárias

Notas Explicativas nº 2.4.a. – “Receita de serviços” e nº 20 – “Receita operacional líquida”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA	Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
<p>O reconhecimento das receitas tarifárias de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente do funcionamento de sistemas de informação e seus controles internos para que estas receitas sejam reconhecidas quando os respectivos serviços aeroportuários sejam efetivamente prestados. Este processo também leva em consideração outros aspectos complexos e que podem impactar o adequado reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas, o volume e natureza do serviço, modelo da aeronave, tempo de permanência entre outros.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um PAA devido à complexidade do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• utilização de nossos especialistas em sistemas para nos auxiliar na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de Tecnologia de Informação (TI);• avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas de tarifa de embarque/conexão e armazenagem;• execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita;• por meio de seleção de amostras de determinados voos nacionais e internacionais efetuamos a contagem dos passageiros embarcados e comparamos com o total de passageiros registrados no sistema de cobrança das tarifas de embarque/conexão;• elaboração de uma expectativa para a receita de embarque/conexão com base nos relatórios quantitativos de passageiros e comparação do valor obtido com a receita registrada durante o exercício; e• testamos determinadas transações de receita com armazenagem ocorridas no exercício, inspecionando faturas/boletos, Declaração de Importação e de Exportação, se aplicável, e o recebimento subsequente do valor da transação pago pelo cliente.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo Invepar do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 24 de março de 2016, com uma opinião sem modificação e com parágrafo de ênfase indicando a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.994	45.090
Aplicações financeiras vinculadas	5	24.592	-
Contas a receber	6	223.013	214.290
Estoques		1.892	3.035
Impostos a recuperar	7a	31.543	42.569
Despesas antecipadas		6.251	3.956
Outros adiantamentos		1.940	3.018
		<u>339.225</u>	<u>311.958</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	77.023	57.455
Contas a receber	6	22.135	-
Estoques		14.866	13.563
Impostos a recuperar	7a	431.240	443.221
Partes relacionadas	8	17.713	17.713
Depósitos judiciais	15	3.271	1.758
Imobilizado	9	21.482	13.320
Intangível	10	15.509.082	15.665.393
		<u>16.096.812</u>	<u>16.212.423</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.436.037</u>	<u>16.524.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> Reclassificado
CIRCULANTE			
Fornecedores		75.543	74.828
Empréstimos e financiamentos	11	126.072	9.896
Debêntures	12	34.444	14.859
Impostos a recolher	7d	29.600	10.832
Obrigações com empregados e administradores	13	33.458	32.996
Concessão de serviço público	14	1.249.535	1.196.039
Partes relacionadas	8	34.549	35.506
Receita diferida	16	14.471	6.142
Adiantamento de clientes	17	141.182	2.187
Outros passivos	18	116.563	87.330
		<u>1.855.417</u>	<u>1.470.615</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.700.872	2.677.074
Debêntures	12	704.608	676.771
Impostos diferidos passivos	7b	210.545	209.814
Concessão de serviço público	14	11.747.090	11.668.804
Provisão para obrigações legais	15	7.402	5.446
Receita diferida	16	157.054	44.376
		<u>15.527.571</u>	<u>15.282.285</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	1.774.558	1.424.559
Prejuízo acumulado		(1.653.079)	(280.662)
Resultado do exercício		(1.068.430)	(1.372.416)
Total do patrimônio líquido		<u>(946.951)</u>	<u>(228.519)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		<u>16.436.037</u>	<u>16.524.381</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.648.976	1.624.756
Receita de construção		132.291	324.309
Receita operacional líquida	20	1.781.267	1.949.065
Custo dos serviços prestados	21	(1.284.146)	(1.244.362)
Custo de construção	21	(128.575)	(315.200)
Lucro bruto		368.546	389.503
Despesas gerais e administrativas	21	(159.292)	(179.628)
Outras receitas e despesas	21	41.930	(6.705)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		251.184	203.170
Resultado financeiro líquido	22	(1.318.884)	(1.525.150)
Resultado antes dos impostos		(1.067.700)	(1.321.980)
Imposto de renda e contribuição social	7c	(730)	(50.436)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	<u>(0,662)</u>	<u>(1,070)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(1.068.430)	(1.372.416)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.424.559	(1.653.079)	(228.520)
Aumento de capital	19	349.999	-	349.999
Prejuízo do exercício		-	(1.068.430)	(1.068.430)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>1.774.558</u>	<u>(2.721.509)</u>	<u>(946.951)</u>
	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.215.559	(280.663)	934.896
Aumento de capital	19	209.000	-	209.000
Prejuízo do exercício		-	(1.372.416)	(1.372.416)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>1.424.559</u>	<u>(1.653.079)</u>	<u>(228.520)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(1.067.700)	(1.321.980)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	732.705	689.872
Margem de construção	20/21	(3.716)	(9.109)
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	1.513	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	4.226	9.741
Provisão para obrigações legais	15	1.956	2.540
Apropriação de receita diferida		(108.953)	(6.094)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.318.458	1.571.239
Reequilíbrio econômico financeiro		(123.208)	-
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	1.045	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(35.084)	(15.413)
Estoques		(160)	(556)
Outros adiantamentos		1.078	1.481
Impostos a recuperar		23.007	22.098
Depósitos judiciais		(1.513)	(1.341)
Despesas antecipadas		(2.295)	1.302
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(14.599)	(4.775)
Partes relacionadas		(957)	13.289
Obrigações com empregados e administradores		462	2.274
Impostos a recolher		18.768	(163)
Adiantamento de clientes		138.995	-
Outras obrigações e contas a pagar		29.233	37.034
Outorga variável	14	187.102	183.541
Pagamento outorga variável	14	(183.541)	(185.177)
Receita diferida		229.960	13.279
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.146.782</u>	<u>1.003.082</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(24.909)	(1.401)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		21.881	-
Aquisição de intangível		(118.689)	(264.397)
Aquisição de imobilizado		(13.113)	(4.653)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(134.830)</u>	<u>(270.451)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	19	349.999	209.000
Captação de empréstimos	11	101.321	507.981
Pagamento de empréstimos	11	(1.000)	(314.000)
Juros pagos	11/12	(312.622)	(306.333)
Pagamento da outorga fixa	14	(1.144.746)	(1.016.299)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(1.007.048)</u>	<u>(919.651)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>4.904</u>	<u>(187.020)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.090	232.110
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>49.994</u>	<u>45.090</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>4.904</u>	<u>(187.020)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		2.009.058	2.182.103
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	1.880.993	1.856.103
Receita de construção	20	132.291	335.741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(4.226)	(9.741)
Insumos adquiridos de terceiros		(839.306)	(864.899)
Custos dos serviços prestados		(615.599)	(423.774)
Custo de construção	21	(128.575)	(315.200)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(95.132)	(125.925)
Valor adicionado bruto		<u>1.169.752</u>	<u>1.317.204</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	21	(731.405)	(689.872)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>438.347</u>	<u>627.332</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>112.899</u>	<u>64.791</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>551.246</u>	<u>692.123</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>551.246</u>	<u>692.123</u>
Pessoal e encargos	21	<u>161.232</u>	<u>171.045</u>
Remuneração direta		119.037	124.583
Benefícios		33.825	37.020
FGTS		8.370	9.229
Outros		-	213
Impostos, taxas e contribuições		<u>28.827</u>	<u>292.121</u>
Federais		27.627	291.039
Municipais		1.200	1.082
Remuneração do capital de terceiros		<u>1.429.617</u>	<u>1.601.373</u>
Juros	22	391.030	375.231
Atualização outorga	22	1.025.475	1.217.749
Outros		13.112	8.393
Remuneração de capital próprio		<u>(1.068.430)</u>	<u>(1.372.416)</u>
Prejuízo do exercício		(1.068.430)	(1.372.416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse Contrato de Concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de Outorga Fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 16 (dezesesseis) anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 1.068.430 (R\$ 1.372.416 em 31 de dezembro de 2015), um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.516.192 (R\$ 1.158.657 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido negativo em R\$ 946.951 (R\$ 228.519 em 31 de dezembro de 2015).

Considerando que, no atual estágio da Companhia, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, podendo ser necessário, em alguns períodos, obter complemento do valor via aporte dos acionistas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, cíclica, com pico no terceiro trimestre de cada ano. Isto ocorre porque após o pagamento da Outorga Fixa, todo mês de julho, o caixa tende a reduzir periodicamente com o acúmulo de caixa operacional.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da INVEPAR e em sua controlada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Na mesma data a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

Em 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede de GRUPAR e da INVEPAR, controladora direta e indireta da Concessionária, no âmbito da Operação Greenfield. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem e tanto as investigações quanto os fatos supracitados, não impactaram as operações da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

2.3. Apresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações

técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 24 de março de 2017.

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2016 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de Abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o

lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências

disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Concessionária tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente dessa forma, a obrigação pela concessão do serviço público está sendo apresentada líquida do ativo financeiro decorrente do reequilíbrio econômico financeiro aprovado pela ANAC (vide nota explicativa nº 14).

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados

como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Concessionária não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contratos de Concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário

reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

2.21. Reclassificações de exercícios anteriores

Durante o exercício de 2016, a Concessionária efetuou a segregação entre circulante e não circulante para as contas de “Estoques” e “Ajuste a Valor Presente da Outorga Fixa”, conseqüentemente, as referidas reclassificações foram corrigidas pela representação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis da Concessionária:

i. Balanço patrimonial

	31/12/2015 (Anterior)	Reclassificações	31/12/2015 (Reapresentado)
Estoques	16.598	(13.563)	3.035
Outros ativos circulantes	308.923	-	308.923
Total do ativo circulante	<u>325.521</u>	<u>(13.563)</u>	<u>311.958</u>
Estoques	-	13.563	13.563
Outros – não circulante	16.198.860	-	16.198.860
Total do ativo não circulante	<u>16.198.860</u>	<u>13.563</u>	<u>16.212.423</u>
Total do ativo	<u>16.524.381</u>	<u>-</u>	<u>16.524.381</u>
Concessão de serviço público	1.216.367	(20.328)	1.196.039
Outros passivos circulantes	274.576	-	274.576
Total do passivo circulante	<u>1.490.943</u>	<u>(20.328)</u>	<u>1.470.615</u>
Concessão de serviço público	11.648.476	20.328	11.668.804
Outros – não circulante	3.613.481	-	3.613.481
Total do passivo não circulante	<u>15.261.957</u>	<u>20.328</u>	<u>15.282.285</u>
Patrimônio líquido	<u>(228.519)</u>	<u>-</u>	<u>(228.519)</u>
Total do passivo	<u>16.524.381</u>	<u>-</u>	<u>16.524.381</u>

2.22. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, ainda não emitidos pelo CPC, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) As normas listadas abaixo entraram em vigor durante o exercício de 2016:

- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas: Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos - Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização: As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil;
- Alterações na IFRS 10 e na IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto: As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada;
- Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, incluindo: IFRS 5 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, IAS 34 Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias, Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação e Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alteração no IAS 7 – Demonstrações nos fluxos de caixa: As alterações fazem parte da iniciativa de melhoria de divulgações do IASB;
- Alterações no IAS 12 – Tributos sobre o lucro: As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas com instrumentos de dívida mensurado ao valor justo.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações: As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações;
- IFRS 4 – Contratos de seguros: As alterações endereçam preocupações sobre a adoção do IFRS 9;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;

- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (Fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (Fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (Fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos

serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de Outorga Fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	880	4.997
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	<u>49.114</u>	<u>40.093</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>49.994</u></u>	<u><u>45.090</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas nesses títulos, com remuneração média de 98,49% do CDI (101,32% do CDI em dezembro de 2015), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante (a)	24.592	-
Não circulante (a)	<u>77.023</u>	<u>57.455</u>
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>101.615</u></u>	<u><u>57.455</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 98,67% do CDI (98,92% do CDI em 31 de dezembro de 2015) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta Ataero e da conta reserva, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante, R\$ 3.925 refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 75% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Duke Energy.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	111.095	97.600
Armazenagem	<u>16.510</u>	<u>7.992</u>
	127.605	105.592
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	<u>108.760</u>	<u>117.824</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(13.352)</u>	<u>(9.126)</u>
Total contas a receber circulante	<u><u>223.013</u></u>	<u><u>214.290</u></u>
Total contas a receber não circulante	<u><u>22.135</u></u>	<u><u>-</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2016	245.148	(13.352)	230.159	10.663	1.246	790	887	699	897	13.159
	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2015	214.290	(9.126)	182.345	12.926	7.647	1.471	5.133	1.095	1.004	11.795

Em 31 de dezembro de 2016 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 13.352 (R\$ 9.126 em 31 de dezembro de 2015), onde 99 % desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

A Concessionária não considera na provisão para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a mais de 180 dias que não representam risco de crédito.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	(9.126)	(16.217)
Adições	(22.876)	(14.536)
Reversões	8.818	4.795
Baixa	9.832	16.832
Saldo no fim do exercício	<u>(13.352)</u>	<u>(9.126)</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF	7.888	16.159
IRPJ a compensar	258	-
CSLL a compensar	48	-
PIS e COFINS	23.308	26.369
ISS	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>31.543</u>	<u>42.569</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>431.240</u>	<u>443.221</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas contribuições. Como consequência, durante o exercício de 2015 foi transferido o valor de R\$ 369.107 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Outorga fiscal(*)	(671.638)	(714.970)
AVP outorga fiscal	(208.611)	(163.894)
Margem de construção(*)	(36.075)	(37.020)
AVP reequilíbrio	(291)	-
	<u>(210.545)</u>	<u>(209.814)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 363.064 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 499.776 em 31 de dezembro de 2015) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2016, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.024.838 (R\$ 661.774 em 31 de dezembro de 2015).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2020	17.759
2021	51.870
2022	86.917
2023	105.564
2024 a 2026	443.960
	<u>706.070</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos 10 anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.067.700)	(1.321.980)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	363.018	449.473
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(684)	(133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(363.064)	(499.776)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>(730)</u>	<u>(50.436)</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	20.607	879
ISS	4.601	4.004
ISS terceiros	805	1.156
IRRF	1.192	2.102
INSS s/terceiros	1.232	1.695
PIS, COFINS e contribuição social	1.163	996
Circulante	<u>29.600</u>	<u>10.832</u>

Legislação geral

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015.

Os principais impactos da adoção à Lei nº 12.973/14 foram:

- Alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível;
- Unificação das taxas de amortização contábil e fiscal pela curva de passageiros (PAX);
e
- A extinção do RTT.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações,

que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2016		
			Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.905	-
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	Acionista direto	-	8.666	7.897
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.713</u>	<u>34.549</u>	<u>7.897</u>
			31/12/2015		
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.909	-
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista direto	-	9.619	11.329
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521	-
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457	-
			<u>17.713</u>	<u>35.506</u>	<u>11.329</u>
Construtora OAS(iii)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	-	103.126

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Concessionária pagou à OAS o montante de R\$ 70.035 pela prestação de serviços de construção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Concessionária pagou à ACSA (Airport Company South Africa) o montante de R\$ 8.850 (R\$ 6.918 em 31 de dezembro de 2015) referente a serviço de consultoria técnica.

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metrô Rio são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.
- (iii) Em agosto de 2012, a Concessionária celebrou com a Construtora OAS contrato de execução de obras civis em regime de empreitada e preço global, cujo prazo era de 46 meses.
A contratação da parte relacionada OAS foi aprovada em reunião da administração realizada em 21 de agosto de 2012.

Os valores registrados no resultado do exercício de 2015, se referem ao custo de construção incorrido. O contrato está em fase de encerramento, sem pleito

identificado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	5.139	5.145
Bônus	3.973	2.475
Outros benefícios	1.940	206
Encargos	<u>1.775</u>	<u>1.610</u>
Total da remuneração	<u><u>12.827</u></u>	<u><u>9.436</u></u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.076 (R\$ 1.318 em dezembro de 2015). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016 para o exercício de 2016 é de R\$ 15.700, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Instalações	5%	1.240	10.548	-	156	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	6.213	51	(2.767)	66	3.563
Móveis e utensílios	10%	2.587	29	-	127	2.743
Veículos	20%	2.111	-	(76)	70	2.105
Equipamentos de informática	20%	8.436	2.485	-	(419)	10.502
Total		20.587	13.113	(2.843)	-	30.857
Depreciação acumulada						
Instalações		(90)	(76)	-	-	(166)
Máquinas e equipamentos		(2.205)	(946)	1.300	-	(1.851)
Móveis e utensílios		(865)	(389)	-	-	(1.254)
Veículos		(492)	(353)	38	-	(807)
Equipamentos de informática		(3.615)	(1.682)	-	-	(5.297)
Total		(7.267)	(3.446)	1.338	-	(9.375)
Imobilizado líquido		13.320	9.667	(1.505)	-	21.482

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo					
Instalações	5%	907	333	-	1.240
Máquinas e equipamentos	10%	11.820	1.306	(6.913)	6.213
Móveis e utensílios	10%	2.988	53	(454)	2.587
Veículos	20%	1.075	1.036	-	2.111
Equipamentos de informática	20%	6.632	1.925	(121)	8.436
Total		23.422	4.653	(7.488)	20.587
Depreciação acumulada					
Instalações		(25)	(65)	-	(90)
Máquinas e equipamentos		(2.643)	(1.345)	1.783	(2.205)
Móveis e utensílios		(507)	(430)	72	(865)
Veículos		(168)	(339)	15	(492)
Equipamentos de informática		(2.035)	(1.580)	-	(3.615)
Total		(5.378)	(3.759)	1.870	(7.267)
Imobilizado líquido		18.044	894	(5.618)	13.320

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Software e sistemas	20%	44.374	512	-	(18.661)	26.225
Outorga fixa - concessão	(a)	13.490.813	427.619	-	-	13.918.432
Investimento para concessão	(a)	3.798.316	37.994	(8)	176.777	4.013.079
Em andamento		76.479	104.633	-	(157.724)	23.388
Adiantamento a fornecedores		392	2.198	-	(392)	2.198
Total		17.410.374	572.956	(8)	-	17.983.322
Amortização						
Software	20%	(7.934)	(3.486)	-	170	(11.250)
Outorga fixa - concessão	(a)	(1.487.992)	(549.909)	-	-	(2.037.901)
Investimento para concessão	(a)	(249.055)	(175.864)	-	(170)	(425.089)
Total		(1.744.981)	(729.259)	-	-	(2.474.240)
Intangível líquido		15.665.393	(156.303)	(8)	-	15.509.082
Saldo em 31/12/2015						
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Custo						
Software e sistemas	20%	33.157	11.494	-	(277)	44.374
Outorga fixa - concessão	(a)	13.133.127	625.201	(267.515)	-	13.490.813
Investimento para concessão	(a)	3.173.167	62.490	(97)	562.756	3.798.316
Em andamento		477.902	221.466	(103.578)	(519.311)	76.479
Adiantamento a fornecedores		41.069	2.491	-	(43.168)	392
Total		16.858.422	923.142	(371.190)	-	17.410.374
Amortização						
Software	20%	(2.978)	(4.956)	-	-	(7.934)
Outorga fixa - concessão	(a)	(962.316)	(561.054)	35.378	-	(1.487.992)
Investimento para concessão	(a)	(93.575)	(155.480)	-	-	(249.055)
Total		(1.058.869)	(721.490)	35.378	-	(1.744.981)
Intangível líquido		15.799.553	201.652	(335.812)	-	15.665.393

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a Outorga Fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a Outorga Fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da Outorga Fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados no ativo intangível R\$ 427.619 de atualização monetária da Outorga Fixa (R\$ 625.201 no exercício findo em 31 de

dezembro de 2015) e R\$ 7.618 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 11.432 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

As baixas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 referem-se a reclassificação de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de bens contabilizados pelo valor bruto para rubrica de impostos a recuperar no total de R\$ 369.107, mais detalhes estão descritos na nota explicativa nº 7 e as reclassificações do intangível para o imobilizado por se tratarem de bens não vinculados à operação total de R\$ 2.083.

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2017 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (<i>spread</i>)	Saldo Inicial 31/12/2015	Captação	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2016
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.879.610	34.752	-	203.931	(176.664)	1.941.629
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.285	679	-	155	(126)	1.993
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	806.070	14.890	-	91.080	(79.420)	832.620
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	23	(23)	5
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	<i>spread</i>	-	51.000	(1.000)	5.576	(4.879)	50.697
Total					2.686.970	101.321	(1.000)	300.765	(261.112)	2.826.944
	Parcela do circulante									126.072
	Parcela do não circulante									2.700.872

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2014	Captação	Pagamento Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2015
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.735.791	136.044	-	157.859	(150.084)	1.879.610
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	302	976	-	67	(60)	1.285
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	744.355	58.305	-	71.225	(67.815)	806.070
Banco do Brasil	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	40.000	(40.000)	3.083	(3.083)	-
Votorantim	Nota Promissória	out/15	CDI	108% do CDI	-	60.000	(60.000)	4.624	(4.624)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	36.000	(36.000)	3.240	(3.240)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	nov/15	CDI	108% do CDI	-	64.000	(64.000)	5.760	(5.760)	-
Votorantim	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	38.000	(38.000)	3.917	(3.917)	-
Banco do Brasil	Nota Promissória	dez/15	CDI	108% do CDI	-	76.000	(76.000)	7.835	(7.835)	-
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	21	(21)	5
Itaú	Carta Fiança	set/15	-	1,90%	-	-	-	665	(665)	-
Total					2.480.453	509.325	(314.000)	258.296	(247.104)	2.686.970

Parcela do circulante

9.896

Parcela do não circulante

2.677.074

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2016 o montante capitalizado no exercício foi de R\$ 7.618 (R\$ 11.432 no período findo em 31 de dezembro de 2015).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2018	139.060
2019	151.621
2020	193.628
2021 em diante	2.216.563
	<u>2.700.872</u>

Fiança

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 51.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os empréstimos e financiamentos, relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos bancos repassadores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (INFRAERO e GRUPAR).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) de 1ª e 2ª emissão, realizada em 10 de maio de 2016, foi aprovado pelo BNDES e Repassadores, a solicitação da alteração da obrigação da composição da “Conta Outorga Fixa” e da “Conta Outorga Variável”, que passará a ocorrer 60 (sessenta) dias antes das datas dos devidos pagamentos das Contribuições Fixa e Variável ao Poder Concedente, não mais em 12 de maio e 12 de março de cada ano, respectivamente. Esse *wavier* se deu com a celebração do Aditamento do Contrato de Cessão Fiduciária. O objetivo do ajuste contratual foi realizado de forma que a obrigação do pagamento ao cliente (Poder Concedente) esteja atrelada a efetiva data de pagamento.

Em 11 de maio de 2016, foi solicitado o *wavier* ao BNDES e aos Bancos Repassadores solicitando (i) a não constituição da conta reserva Outorga Fixa em 12 de maio; e (ii) prazo de 45 dias para definir as alternativas à constituição da mencionada conta.

No dia 12 de maio de 2016, o BNDES junto aos Repassadores, determinaram: (i) prorrogação do prazo por 30 dias corridos a contar de 12 de maio de 2016, para preenchimento da Conta Outorga Fixa, ou, para apresentação de solução para o pagamento da Outorga Fixa relativa a 2016.

Conforme acordado com o BNDES, com os Bancos Repassadores e de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, em 16 de maio de 2016, o Banco Itaú (Banco Administrador das contas do Aeroporto) efetuou temporariamente o bloqueio das contas bancárias, ocasionando o aumento no controle dos pagamentos, a saber: (i) limite de alçada para realizar pagamentos, considerando como meta a média de pagamentos realizados no último trimestre; (ii) todas as operações bancárias passam a ser realizados apenas pelo Banco Itaú; (iii) o montante dos recebimentos cedidos fiduciariamente será transferido o valor corresponde ao repasse do governo das receitas tarifárias para a Conta Ataero; (iv) o saldo remanescente será dividido em 35% (trinta e cinco por cento) para Conta Operação e 65% (sessenta e cinco por cento) para composição da Conta Pagamento; (v) após a composição da Conta Pagamento, o saldo excedente será transferido para composição das demais contas (Conta Reserva, Conta Outorga Fixa). O bloqueio das contas não interfere na operação e no funcionamento do Aeroporto.

No dia 20 de maio de 2016, a Companhia propôs ao BNDES e Repassadores a constituição parcelada da Conta Outorga Fixa e tal proposta foi aceita em 07 de junho de 2016, conforme cronograma descrito na Nota Explicativa nº 14.

Em 09 de dezembro de 2016, a Concessionária efetivou a liquidação da Outorga Fixa, mediante o pagamento do principal, multa e juros, resultando no montante de R\$ 1.144.748. As contas do projeto foram desbloqueadas em 19 de dezembro de 2016, após autorização dos credores do Aeroporto.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a, correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª Série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª Série em 15 de junho, a 3ª Série em 15 de setembro e a 4ª Série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente a 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2015	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2016
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	120.423	17.559	(9.582)	-	128.400
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	120.423	17.559	(9.582)	-	128.400
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	120.423	17.559	(9.582)	-	128.400
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	113.365	15.070	(7.588)	-	120.847
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	113.365	15.070	(7.588)	-	120.847
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	113.365	15.070	(7.588)	-	120.847
Custo com emissão					(9.734)	-	-	1.045	(8.689)
Total					691.630	97.887	(51.510)	1.045	739.052

Parcela do circulante 34.444
Parcela do não circulante 704.608

Objeto	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2014	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2015
Bradesco	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Banco do Brasil	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
HSBC	Debênture	dez/25	IPCA	7,86%	112.640	20.846	(13.063)	-	120.423
Bradesco	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Banco do Brasil	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
HSBC	Debênture	out/26	IPCA	6,40%	102.266	17.779	(6.680)	-	113.365
Custo com emissão					(9.451)	-	-	(283)	(9.734)
Total					635.267	115.875	(59.229)	(283)	691.630

Parcela do circulante 14.859
Parcela do não circulante 676.771

Em 31 de dezembro de 2016, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 8.689 (R\$ 9.734 em 31 de dezembro de 2015).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2018	35.592
2019	46.784
2020	64.980
2021 em diante	557.252
	<u>704.608</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 51.510, sendo: 1ª emissão de Debêntures: 1ª série no montante de R\$ 6.998, 2ª série no montante de R\$ 7.184, 3ª série no montante de R\$ 7.278 e 4ª série o montante de R\$ 7.286, e de R\$ 22.763, da 2ª emissão de Debêntures de série única.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 59.229 sendo, R\$ 6.867 referentes à remuneração da 1ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 8.736 referentes à remuneração da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 10.731 referentes à remuneração da 3ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 12.856 referentes à remuneração da 4ª série da 1ª emissão de debêntures e R\$ 20.041 referentes à remuneração da 1ª série da 2ª emissão de debêntures conforme cronograma de pagamentos.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (INFRAERO e GRUPAR), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement - ESA*). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
INSS a recolher	2.748	2.852
FGTS a recolher	909	954
Férias e encargos sobre férias	13.671	14.407
Programa de participação nos resultados	15.670	14.374
Outros	460	409
	<u>33.458</u>	<u>32.996</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Sssa

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2015	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Pagamento	Saldo final 31/12/2016
Outorga variável	183.541	187.102	-	-	-	(183.541)	187.102
Outorga fixa	1.012.498	-	76.857	41.018	1.120.088	(1.144.746)	1.105.715
(-) Reequilíbrio (b)	-	(39.940)	(3.342)	-	-	-	(43.282)
Circulante	1.196.039	147.162	73.515	41.018	1.120.088	(1.328.287)	1.249.535
Outorga fixa	11.668.804	-	891.701	386.601	(1.120.088)	-	11.827.018
(-) Reequilíbrio (b)	-	(73.906)	(6.022)	-	-	-	(79.928)
Não circulante	11.668.804	(73.906)	885.679	386.601	(1.120.088)	-	11.747.090
Total	<u>12.864.843</u>	<u>73.256</u>	<u>959.194</u>	<u>427.619</u>	<u>-</u>	<u>(1.328.287)</u>	<u>12.996.625</u>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA no valor de R\$ 928.088 e dos juros decorrentes do parcelamento da outorga no montante de R\$ 38.535.

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2014	Adições	Atualização resultado	Atualização intangível	Transf.	Pagamento	Saldo final 31/12/2015
Outorga variável	185.177	183.541	-	-	-	(185.177)	183.541
Outorga fixa	993.184	-	103.938	50.016	881.659	(1.016.299)	1.012.498
Circulante	1.178.361	183.541	103.938	50.016	881.659	(1.201.476)	1.196.039
Outorga fixa	10.861.467	-	1.113.811	575.185	(881.659)	-	11.668.804
Não circulante	10.861.467	-	1.113.811	575.185	(881.659)	-	11.668.804
Total	12.039.828	183.541	1.217.749	625.201	-	(1.201.476)	12.864.843

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% (nove vírgula quinze por cento) conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

Durante o exercício de 2016, a Concessionária não realizou a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmados junto ao BNDES e Bancos Repassadores e nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures da Concessionária, uma vez que a obrigação de pagamento da Outorga Fixa poderia ser postergada de julho de 2016 para dezembro de 2016. Esta decisão considerou: (i) a Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA que reconhece direito de compensação em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC nº 121/2012; (ii) protocolo realizado em 19 de abril de 2016, pela Concessionária à ANAC pedindo revisão extraordinária, solicitando como compensação do desequilíbrio reconhecidamente suportado pela Concessionária na referida Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA, a prorrogação de julho para dezembro do vencimento da Outorga Fixa devida para o ano de 2016; (iii) o pleito realizado em 29 de abril de 2016 pela associação de Classe ANEAA (Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos) para postergação do pagamento da Outorga Fixa dos aeroportos concedidos à iniciativa privada.

No dia 20 de maio de 2016, a Concessionária propôs ao BNDES e Repassadores: (i) a constituição parcelada da Conta Outorga Fixa, sendo R\$ 205.000 no aceite da proposta e complemento de R\$ 145.000 até 30 de junho de 2016; e (ii) amortização parcial da Outorga Fixa, utilizando o saldo total da Conta Outorga Fixa em 11 de julho de 2016, no montante R\$ 350.000, além de pagamentos mensais de R\$ 145.000 no final de cada mês até novembro com pagamento do saldo remanescente em dezembro de 2016. Tal proposta foi aceita pelo BNDES em 7 de junho de 2016, desta forma a Concessionária incorreu o pagamento adicional de juros no montante de R\$ 38.535, de acordo com a cláusula 2.16 do Contrato de Concessão.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016 a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

(b) Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado ente abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	5.324	961	(51)	903	7.137
Tributário (b)	-	27	(8)	2	21
Administrativos (c)	108	182	(84)	12	218
Cíveis (d)	14	38	(41)	15	26
Total	<u>5.446</u>	<u>1.208</u>	<u>(184)</u>	<u>932</u>	<u>7.402</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.211	2.044
Tributários (b)	369	128.525
Administrativo (c)	15	-
Cíveis (d)	9	-
Total	<u>2.604</u>	<u>130.569</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

c) Administrativo

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária possuía R\$ 3.271 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 1.758 em 31 de dezembro de 2015).

16. RECEITA DIFERIDA

	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante					
Cessão de espaço	6.142	1.187	(7.192)	7.192	7.329
Reequilíbrio	-	39.938	(32.796)	-	7.142
	<u>6.142</u>	<u>41.125</u>	<u>(39.988)</u>	<u>7.192</u>	<u>14.471</u>
Não Circulante					
Cessão de espaço	44.376	45.965	-	(7.192)	83.149
Reequilíbrio	-	73.905	-	-	73.905
	<u>44.376</u>	<u>119.870</u>	<u>-</u>	<u>(7.192)</u>	<u>157.054</u>
	<u>50.518</u>	<u>160.995</u>	<u>(39.988)</u>	<u>-</u>	<u>171.525</u>

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
Adiantamento de clientes	<u>141.182</u>	<u>2.187</u>
Total	<u>141.182</u>	<u>2.187</u>

Em 09 de maio de 2016, a Concessionária recebeu o montante de R\$ 213.790, referente a antecipação de recebíveis, lastreados na remuneração mínima mensal e remuneração variável de contratos.

Os valores estão relacionados à transmissão do direito de exclusividade na exploração das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Repasse ATAERO (a)	56.772	46.647
Repasse PAN/PAT (b)	61	117
Repasse ao Tesouro Nacional (c)	<u>59.730</u>	<u>40.566</u>
Total	<u>116.563</u>	<u>87.330</u>

- (a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% (trinta e cinco vírgula noventa por cento) dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Tarifária, sem impactos no resultado da Concessionária;
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Concessionária é de R\$ 1.774.558 (em 31 de dezembro de 2015 era R\$ 1.424.559), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2016		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	905.025	984.119.242	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	869.533	945.526.331	49
Total	1.774.558	1.929.645.573	100

Em 8 de maio de 2015, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 209.000, mediante a emissão de 271.428.500 novas ações ordinárias. Em 29 de setembro de 2016, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 208.001, mediante a emissão de 270.130.000 novas ações ordinárias. Em 21 de outubro de 2016, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 90.000, mediante a emissão de 116.883.000 novas ações ordinárias. Em 25 de novembro de 2016, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 51.998, mediante a emissão de 67.532.000 novas ações ordinárias.

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	621.971	592.392
Receita de armazenagem e capatazia	347.668	325.641
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>969.639</u>	<u>918.033</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Cessão de espaço	911.354	937.920
Outros	-	150
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>911.354</u>	<u>938.070</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>1.880.993</u>	<u>1.856.103</u>
Deduções da receita bruta	<u>(232.017)</u>	<u>(231.347)</u>
PIS	(30.872)	(30.426)
COFINS	(142.197)	(140.363)
ISS (*)	(48.482)	(39.370)
Devoluções e cancelamentos	<u>(10.466)</u>	<u>(21.188)</u>
Receitas líquida de serviços e cessão de espaço	1.648.976	1.624.756
Receita de construção	<u>132.291</u>	<u>324.309</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.781.267</u></u>	<u><u>1.949.065</u></u>

(*)A partir de 1 de abril de 2015, foi alterada a alíquota de ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5%, conforme Lei Municipal nº 7.342/14 aprovada em 23 de dezembro de 2014.

21. CUSTO E DESPESAS

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(161.232)	(171.045)
Conservação e manutenção	(114.249)	(116.575)
Comunicação, marketing e publicidade	(3.374)	(5.240)
Seguros e garantias	(10.622)	(6.129)
Serviços de terceiros	(135.860)	(120.629)
Veículos	(1.502)	(1.251)
Consultoria e assessoria	(18.693)	(28.154)
Aluguéis e impostos	(33.658)	(36.407)
Energia elétrica	(57.387)	(65.013)
Contingências	(2.037)	(2.547)
PCLD	(4.226)	(9.741)
Outorga variável (*)	(184.768)	(183.541)
Depreciação e amortização	(731.405)	(689.872)
Custo de construção	(128.575)	(315.200)
Outros	57.505	5.449
	<u>(1.530.083)</u>	<u>(1.745.895)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.284.146)	(1.244.362)
Custo de construção	(128.575)	(315.200)
Despesas gerais e administrativas	(159.292)	(179.628)
Outras receitas e despesas administrativas	41.930	(6.705)
	<u>(1.530.083)</u>	<u>(1.745.895)</u>

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	41.132	52.747
Outras receitas financeiras(*)	3.003	12.044
Total	<u>44.135</u>	<u>64.791</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(959.194)	(1.217.749)
Juros sobre debêntures	(97.886)	(115.877)
Juros sobre empréstimos	(293.138)	(247.104)
Comissões e despesas bancárias	(6.644)	(2.639)
Outros	(6.157)	(6.572)
Total	<u>(1.363.019)</u>	<u>(1.589.941)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.318.884)</u>	<u>(1.525.150)</u>

(*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso e atualização de créditos tributários.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

A Concessionária contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial do Plano CV de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial.

Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
1. Obrigação de benefício definido	1.347	1.117
2. Valor justo do ativo do plano	<u>1.133</u>	<u>1.403</u>
3. Situação financeira do plano	213	(286)
4. Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	=	<u>286</u>
5. Passivo / (Ativo) líquido	213	-

Principais premissas atuariais

Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

1. Taxa nominal de desconto	10,54%	13,03%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	7,61%	7,61%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,50%	5,50%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	0,00%	0,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 <i>basic</i>	AT-2000 <i>basic</i>

Estatísticas dos participantes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
1. Data base do cadastro		
2. Ativos e autopatrocinados		
a. Quantidade	103	140
b. Folha anual dos salários de participação	9.072	10.372
c. Salário de participação médio anual	88	74
d. Idade média (anos)	40,40	41,27
e. Tempo de serviço médio (anos)	10,80	15,21

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2016, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	30/06/2016	30/06/2017	Itaú Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2016	24/05/2017	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2016	24/05/2017	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	581.450	04/06/2016	07/06/2017	BTG Pactual
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2016	24/05/2017	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	52.793	24/05/2016	24/05/2017	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2016	08/08/2017	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de Jan/17 a Mar/17 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

(*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando

liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/12/2016		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	-	49.994	
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	
Contas a receber	-	245.148	245.148	
Partes relacionadas	-	17.713	17.713	
Total do ativo	151.609	262.861	414.470	
Passivos				
Fornecedores	-	75.543	75.543	
Partes relacionadas	-	34.549	34.549	
Empréstimos e financiamentos	-	2.826.944	2.826.944	
Debêntures (*)	-	747.741	747.741	
Obrigações com poderes concedentes	-	12.996.625	12.996.625	
Total do passivo	-	16.681.402	16.681.402	
Instrumentos financeiros		31/12/2015		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	-	45.090	
Aplicações financeiras vinculadas	57.455	-	57.455	
Contas a receber	-	214.290	214.290	
Partes relacionadas	-	17.713	17.713	
Total do ativo	102.545	232.003	334.548	
Passivos				
Fornecedores	-	88.118	88.118	
Partes relacionadas	-	22.216	22.216	
Empréstimos e financiamentos	-	2.686.970	2.686.970	
Debêntures (*)	-	701.364	701.364	
Obrigações com poderes concedentes	-	12.864.843	12.864.843	
Total do passivo	-	16.363.511	16.363.511	

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	49.994	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	-
Total	151.609	49.994	101.615	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.826.944	-	2.826.944	-
Debêntures (*)	747.741	-	747.741	-
Concessão de serviço público	12.996.625	-	-	12.996.625
Total	16.571.310	-	3.574.685	12.996.625

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	45.090	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	57.455	-	57.455	-
Total	102.545	45.090	57.455	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.686.970	-	2.686.970	-
Debêntures (*)	658.284	-	658.284	-
Concessão de serviço público	12.864.843	-	-	12.864.843
Total	16.210.097	-	3.345.254	12.864.843

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 31 de dezembro de 2016 apresentam valor de mercado R\$ 639.142 (R\$ 658.284 em 31 de dezembro de 2015). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2016
Fornecedores	75.543	-	-	-	75.543
Empréstimos	353.641	762.749	1.058.885	3.539.655	5.714.930
Debêntures	74.135	205.531	281.784	816.597	1.378.047
Concessão de serviço público	1.107.164	2.446.078	2.670.275	19.712.197	25.935.714
	<u>1.610.483</u>	<u>3.414.358</u>	<u>4.010.944</u>	<u>24.068.449</u>	<u>33.104.234</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2015
Fornecedores	74.828	-	-	-	74.828
Empréstimos	240.281	684.451	745.416	2.904.512	4.574.660
Debêntures	50.563	107.306	105.191	175.458	438.518
Concessão de serviço público	1.059.357	2.324.451	2.571.930	22.022.843	27.978.581
	<u>1.425.029</u>	<u>3.116.208</u>	<u>3.422.537</u>	<u>25.102.813</u>	<u>33.066.587</u>

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2016	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	-	6.814	5.111	3.407
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	CDI (% ao	13.850	10.388	6.925
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			13,63%	10,22%	6,82%

Passivo financeiro					
Operação	31/12/2016	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.826.944	TJLP (% ao ano)	212.021	265.026	318.031
Debêntures	747.741	IPCA (% ao ano)	47.033	58.791	70.549
Outorga Fixa	12.996.625	IPCA (% ao ano)	817.488	1.021.860	1.226.232
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (% ao ano)			6,29%	7,86%	9,44%

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros sobre empréstimos financiamentos capitalizados	7.618	11.432
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	427.619	625.201
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	15.314	7.385
Reclassificação de PIS e COFINS para Impostos a recuperar	-	369.107
Reequilíbrio econômico-financeiro	113.844	-

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício / período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(1.068.430)	(1.372.416)
Denominador (em milhares de ações)	1.612.871	1.283.151
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>(0,662)</u>	<u>(1,070)</u>

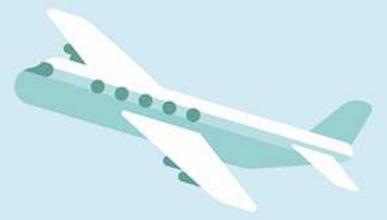
29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 22 de fevereiro de 2017 a Concessionária captou o montante de R\$ 29.005 com o BNDES e em 23 de fevereiro de 2017 o montante de R\$ 12.431 com os Bancos Repassadores.

Em 15 de março de 2017 a Concessionária amortizou o principal das debêntures de 1ª série da 1ª emissão e juros do financiamento de longo prazo e das debêntures, no montante de R\$ 72.976, sendo:

- Juros do Finem (BNDES), no montante R\$ 41.914;
- Juros do Finem (Bancos Repassadores), no montante de R\$ 18.969;
- Amortização de principal de debêntures (AGRU 11), no montante de R\$ 4.701;
- Juros das debêntures (AGRU 11), no montante de R\$ 7.391.

* * *



GRU AIRPORT

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016



Relatório da Administração – GRU Airport

Aos Senhores Acionistas,

A administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia” ou “GRU Airport” ou “Aeroporto” ou “Concessionária”) apresenta-lhes, para apreciação, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Contábeis**, em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A Concessionária apresenta suas Demonstrações Contábeis do ano de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados em relação ao exercício de 2015 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma.

▪ MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O GRU Airport é hoje uma das principais portas de entrada de passageiros e cargas do Brasil e da América Latina, segundo a ACI¹ – *Airports Council International* e a CAPA² – *Centre for Aviation*, respectivamente.

Em 2016 GRU Airport foi eleito o 2º aeroporto de grande porte mais pontual do mundo pela OAG³ - *Official Aviation Guide Of The Airways*, além de manter o padrão de evolução na pontuação da pesquisa SAC (Secretaria da Aviação Civil) nas pesquisas trimestrais, consolidando a posição de destaque entre os aeroportos de grande movimentação (acima de 15 milhões de passageiros/ano).

Inauguramos novas rotas para três destinos internacionais: Aruba, Punta del Este e Bariloche. Além dos novos destinos, aumentamos a capacidade em importantes rotas como Santiago, Punta Cana, Lima, Cancun e Mendoza. Em paralelo, a rota para Charlotte foi descontinuada e houve reduções de capacidade para destinos como Caracas, Santo Domingo, Newark e Buenos Aires.

Em termos financeiros, a receita bruta total cresceu 1,3% e o EBITDA⁴, 10,7% em relação ao ano de 2015. O baixo crescimento de receita é reflexo do cenário econômico local de recessão, que reduziu o fluxo de passageiros nacionais e internacionais, bem como contraiu sua intenção de consumo. Em contrapartida, o crescimento significativo do EBITDA é reflexo das ações de redução de custos/despesas em que a Companhia vem trabalhando fortemente visando aumentar o nível de eficiência operacional.

A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço e o foco na geração de valor para o acionista são parte da filosofia que faz com que GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

¹ ACI - *Airports Council International*, único representante de comércio global dos aeroportos mundiais.

² CAPA - *Centre for Aviation*, principal fornecedor de serviços independentes de inteligência, análise, relatórios e serviços de dados para a aviação.

³ OAG - *Official Aviation Guide Of The Airways*, principal fornecedor global de dados de viagens aéreas do mundo, e que visa fornecer informações e aplicativos digitais precisos, atuais e acionáveis para as companhias aéreas, aeroportos, agências governamentais e empresas de serviços relacionados a viagens do mundo.

⁴ EBITDA ajustado, equivalente ao EBITDA contábil, desconsiderando a margem de construção.

OLIMPÍADAS / PARAOLIMPÍADAS

GRU Airport foi essencial para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 no Rio de Janeiro. Sendo o principal portal de entrada do país o aeroporto atuou intensamente na movimentação de equipes, delegações, da família olímpica e equipamentos destinados aos Jogos, bem como no suporte de inteligência e segurança em âmbito nacional. Segundo dados do Ministério dos Transportes, apenas no mês de agosto, mais de 4 milhões de pessoas entre atletas, treinadores e espectadores foram transportados por GRU e outros aeroportos.

Para garantir o êxito dessa operação, durante a realização dos Jogos, GRU Airport pôs em prática todos os planos preparados e intensamente debatidos com o Comitê Olímpico e Órgãos de Segurança. Durante a preparação vários ensaios foram realizados no aeroporto e nenhum incidente significativo foi apontado. Vários convênios foram firmados garantindo aumento do efetivo de segurança pública no aeroporto, bem como o redimensionamento das equipes de operação. Todas essas atividades foram geridas com a abertura da Sala de Crise, que funcionou de forma ininterrupta durante todo o período dos Jogos.

O resultado do plano de atuação de GRU Airport nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 foi muito significativo e o nível de aprovação da infraestrutura pelos usuários foi o maior do país, com média de 4,55 em uma escala de 1 a 5. GRU Airport ainda foi laureado, pela sua atuação nos Jogos Olímpicos, com o prêmio e a medalha Aviação é Ouro do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

RETROFIT DO TERMINAL 2

Em maio de 2016, a Concessionária encerrou a Fase I – C do Contrato de Concessão, sendo a principal obrigação desta fase o redimensionamento de capacidade do Terminal 2 de Passageiros (TPS2). Com isso o aeroporto passou a ter capacidade para receber 48 milhões de passageiros/ano.

Como previsto no Plano de Geral de Investimentos (PGI) as modificações no TPS2 acontecem desde 2013, data da inauguração da praça de alimentação no lado terra, passam pela entrada centralizada de passageiros domésticos, realizada em 2015 e culminam na maioria das entregas registradas em 2016, como segue: investimentos para alargamento do corredor de circulação nos saguões, aumento da iluminação, modernização do layout existente, ampliação de áreas como check-in, centralização do embarque internacional, restituição de bagagem e saguões de embarque e desembarque. Ao todo, foram acrescidos 23 mil m² de área operacional.

Esses investimentos além de propiciar um aumento da qualidade de serviço ao passageiro, no que tange espaço de circulação e ambiência, também têm o objetivo de oferecer mais opções de alimentação e lojas, a área de varejo foi expandida em 4,6 mil m², ampliando do número total de lojas no terminal.

QUALIDADE DE SERVIÇO

Em 2016, GRU Airport subiu uma posição no ranking mundial de pontualidade da OAG, na categoria de aeroporto de grande porte, passando para a segunda posição. Essa marca consolida o trabalho junto as empresas aéreas e a evolução do nível de serviço da Companhia.

No que diz respeito a qualidade de serviço ao passageiro, GRU Airport, segundo a pesquisa SAC, foi o melhor aeroporto de grande porte durante os três primeiros trimestres do ano, atingindo uma média anual de satisfação de 4,4, em linha com os resultados de 2015.

▪ ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A, com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A tem como acionistas a Invepar com 80% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 20%. Esta composição atual do capital social da GRUPar decorreu da operação de compra e venda das ações firmada em outubro de 2015, sendo que anteriormente a esta data a empresa ACSA possuía 10% do capital social da GRUPar.

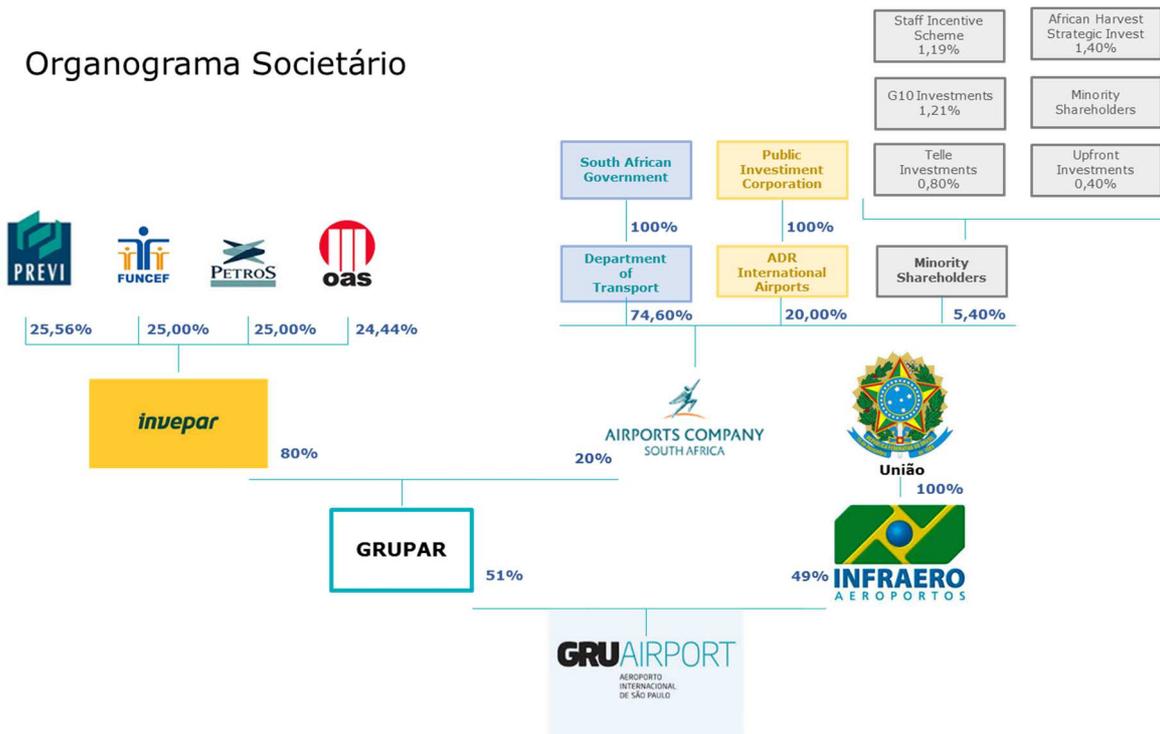
Em 2016, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 2.365 quilômetros de rodovias, passando a 2.340 quilômetros com a venda da LAMSAC. Suas concessões rodoviárias são: Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), Concessionária Litoral Norte S.A (“CLN”), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”), Concessionária Bahia Norte S.A (“CBN”), Concessionária Rio Teresópolis S.A. (“CRT”), Concessionária Rota do Atlântico (“CRA”), Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), a Concessionária BR 040 S.A. (“Via 040”). Administrou a Línea Amarilla S.A.C., em Lima, até o dia 20 de dezembro de 2016. No segmento de aeroportos, a Invepar controla a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“GRU Airport”) e tem como sócios a Airports Company South Africa (“ACSA”) e a Infraero. GRU Airport consolidou-se como o maior aeroporto do Brasil e da América do Sul, e o segundo da América Latina – primeiro é o aeroporto da Cidade do México - em volume de passageiros, movimentou 36,6 milhões de passageiros em 2016. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio”) e a Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”), ambas na cidade do Rio de Janeiro.

Além das concessões mencionadas, a Invepar possui outras duas empresas: (i) MetrôBarra S.A., responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que são utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro e, (ii) PEX S.A. - “Passe Expresso”, empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, sendo que no dia 7 de novembro de 2016, foi decidido a sua descontinuidade operacional.

A ACSA é detentora de nove concessões aeroportuárias na África do Sul em regime de exclusividade (dentre eles o da Cidade do Cabo e Johannesburgo), além de duas parcerias para a gestão de aeroportos internacionais (Mumbai, na Índia, e Guarulhos, no Brasil).

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero possui mais de 40 anos de experiência no setor, está entre as três maiores operadoras aeroportuárias do mundo e possui 60 aeroportos espalhados pelo País. São mais de 130 milhões de passageiros transportados por ano, representando cerca de 60% do movimento aéreo no País. Possui sociedades em outros aeroportos brasileiros com 49% de participação acionária nos aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Confins (MG) e Galeão (RJ).

Organograma Societário



▪ ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo os dados estatísticos da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil) e dos aeroportos concessionados, em 2016, foram transportados 194,2 milhões de passageiros no Brasil, apresentando uma queda de 7,2% quando comparado com aos 209,3 milhões transportados em 2015 (doméstico -8%; internacional -3%), reflexo do cenário de recessão econômica e desvalorização cambial. O recente ciclo de investimentos no setor, ocorrido entre 2011 e 2016, ultrapassa o montante de R\$ 13 bilhões (fonte: ANAC) já aplicados no desenvolvimento da infraestrutura nos aeroportos que atendem capitais. Como resultado, a expansão em áreas de terminais neste período foi de 47%, atingindo 1,7 milhão de m². Os investimentos contemplam também o aumento de disponibilidade de pátios de aeronaves, vagas de estacionamento e criação de novos serviços para melhoria do atendimento ao passageiro e elevação da qualidade associada.

PERFIL DO NEGÓCIO

GRU Airport mantém-se como aeroporto referência na América Latina e um dos principais aeroportos do mundo, tendo atingido a participação de 65% dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado do Brasil. O aumento do share internacional de GRU é explicada pela consolidação do hub das empresas no Aeroporto de Guarulhos.

Construído como um aeroporto de partida e de chegada (origem e destino) e posicionado como um aeroporto internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, o aeroporto vem se destacando como o Hub da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da região com as demais partes do Mundo, com destaque para as rotas da parte do Sul da América do Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), para Europa além da África. Em 2016, 30% dos passageiros de GRU foram passageiros em conexão, valor que pode aumentar com o fortalecimento das estratégias de consolidação operacional do grupo LATAM e da GOL.

Em termos de receita, o GRU Airport está dividido em dois grandes grupos: Receitas Tarifárias e Receitas Não Tarifárias.

As Receitas Tarifárias são as tarifas devidas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros (taxas de embarque e conexão), aeronaves (taxas de pouso e permanência) e as tarifas ligadas ao Terminal de Cargas (armazenagem e capatazia).

As Receitas Não Tarifárias são as receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas de varejo e alimentação, estacionamentos e publicidade.

OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Em 2016, o número de movimentos de aeronaves em GRU Airport caiu em linha com o número de passageiros, tendo como principal influência do cenário econômico nacional de recessão. No segmento doméstico, a redução de passageiros foi de 9% e de movimentos 10,4% motivado pela recessão da economia e pelas mudanças operacionais em Congonhas. Houve redução de passageiros domésticos transportados em Guarulhos por todas as empresas domésticas, exceto a Avianca. Quem mais reduziu a sua operação doméstica foi a GOL. A Avianca cresceu o número de passageiros domésticos em Guarulhos devido à mudança de tipo de aeronaves – substituiu os F100 pelos A320 – e ainda pela entrada na Star Alliance que fez crescer a sua conectividade com as demais empresas da aliança.

No segmento internacional, a resiliência de GRU é elevada, pelos motivos explicados anteriormente. A variação de passageiros foi de -0,9% e de movimentos foi de -5,9%. Houve um aumento do tamanho médio da aeronave e do load factor — respectivamente de 228,4 para 235,3 assentos e de 78,5% para 80,1%. Houve uma redução expressiva dos passageiros das rotas entre Brasil e EUA (servidas por American, United e Delta) que sofreram com a retração da demanda Brasil – EUA. No sentido inverso, destaca-se o crescimento da LATAM num ano de recessão econômica e a expansão da COPA e da TAP.

Perseguindo a potencialização do desenvolvimento do negócio aéreo através da disponibilização da infraestrutura, em 2016, o GRU Airport conseguiu ampliar a capacidade de movimentação de pousos e decolagens de 47 para 52 movimentos por hora. Essas alterações permitiram ajustar horários de voos das empresas aéreas, facilitando as conexões e possibilitando novos voos em horários estratégicos, além de capacitar o aeroporto para o crescimento da demanda previsto com o aquecimento da economia.

Por fim, ressalta-se a melhoria do nível de serviço ao passageiro evidenciado nas pesquisas trimestrais da SAC. O GRU Airport consolidou como o melhor aeroporto entre os aeroportos de maior movimento no país e o que mais cresceu em termos de satisfação do público no ranking geral.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2016	2015	Var.%
N.º Total de Passageiros incluindo conexões (Milhões)	36,6	39,0	-6,2%
N.º Total de Passageiros Internacionais	13,5	13,6	-0,9%
N.º Total de Passageiros Domésticos	23,1	25,4	-9,0%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	267,8	295,0	-9,2%
MTA Internacional (Mil)	74,3	79,0	-5,9%
MTA Doméstico (Mil)	193,4	216,0	-10,4%
Volume de Cargas¹ (mil tons)	241,0	236,5	1,9%
Importação Desemb. (mil tons)	124,1	120,9	2,6%
Exportação Emb. (mil tons)	116,9	115,6	1,1%
Courier Emb./Desemb. (mil tons)	3,7	3,6	1,8%
Carga Nacional Mov (mil tons)	2,7	23,3	-88,4%
Companhias Aéreas ²	42	48	-12,5%
Destinos	99	112	-11,6%
Vagas de Estacionamento ³	9.232	8.452	9,2%
Estabelecimentos Comerciais ⁴	241	238	1,3%

^[1] Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)

^[2] Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares

^[3] Incluindo vagas para motocicletas

^[4] Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

Total de Passageiros

O número total de passageiros apresentou uma queda de 6,2% em relação ao ano anterior, tendo como a principal razão para tal variação a retração do PIB do Brasil em 3,6%. Contudo, sinaliza-se como positiva a queda discreta de 0,9% da movimentação de passageiros internacionais. No segmento doméstico, entretanto, observamos uma queda de 9% tendo como motivo complementar à performance da econômica a mudança de regras operacionais em Congonhas proporcionando a este aeroporto maior capacidade de movimentação de aeronaves.

Movimentação de Aeronaves

A movimentação de aeronaves apresentou uma queda de 9,5% em relação ao ano de 2015, por motivos análogos aos apresentados para a performance de passageiros. A queda de movimentos acima da queda percentual de passageiros deve-se a um esforço

das empresas aéreas para compensar a queda das tarifas médias com o aumento do *load factor*⁵.

Volume de Cargas

O volume de cargas internacionais apresentou uma variação positiva de 1,9% em relação ao ano anterior, com principal destaque para o volume de importação. Como principais fatores para a performance positiva do volume de importação, destaca-se: (i) a recuperação das importações no 4T16 diante da queda do dólar em relação ao mesmo período de 2015; (ii) migração de cargas de VCP para GRU face a regularidade da malha aérea; (iii) e, menor tarifa aérea nos voos para GRU.

⁵ *Load factor*: taxa de ocupação dos voos

▪ DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O cenário econômico do país foi o principal fator de impacto para os números apresentados em 2016 pela Companhia, que mesmo com a retração econômica observada, conseguiu registrar crescimento do EBITDA em 10,7% quando comparado com o ano anterior. Apesar do crescimento da receita líquida, o crescimento do EBITDA foi possível principalmente devido ao intenso trabalho de redução dos custos e despesas incorridos pela concessionária.

Neste período, a rubrica de custos e despesas reduziu 9,5% nominais em relação ao ano anterior. O decréscimo é reflexo do esforço da companhia em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional, e pode ser observado com a redução de custos de pessoal, dos custos operacionais e das despesas administrativas.

Abaixo são apresentadas as principais linhas referentes ao desempenho econômico financeiro do GRU Airport.

RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	2016	2015	Var.%
Receitas Tarifárias	969,6	918,0	5,6%
Receitas Não Tarifárias	911,4	938,1	-2,8%
Receita Bruta Ajustada	1.881,0	1.856,1	1,3%
Deduções da Receita Bruta	(232,0)	(231,3)	-0,3%
Receita Líquida Ajustada	1.649,0	1.624,8	1,5%

Ajustes: desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita de construção

Receitas Tarifárias

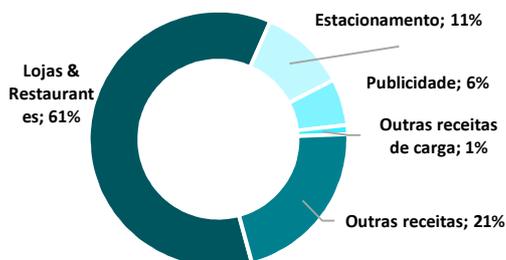
A receita bruta tarifária atingiu R\$ 970 milhões em 2016, 5,6% superior ao ano de 2015. Apesar da queda nos indicadores operacionais do aeroporto, o impacto da inflação no reajuste das tarifas de passageiros e aeronaves, associado ao aumento da receita de importação, proporcionaram o aumento nominal das Receitas Tarifárias na comparação com o ano anterior.

Receitas Não Tarifárias

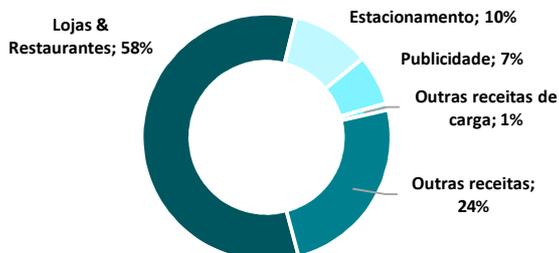
A receita bruta não tarifária atingiu R\$ 911,4 milhões em 2016, -2,8% menor que os R\$ 938,1 milhões realizados em 2015. A retração econômica afetou o poder de consumo dos passageiros nas dependências do aeroporto, tendo como principais linhas afetadas, Duty Free, Varejo e Alimentação, podendo ser observada na redução da participação do segmento Lojas & Restaurante em 3 p.p. O patamar elevado do dólar e a redução do

share de passageiros brasileiros nos voos internacionais também foram fatores de importante contribuição para a redução da receita de Duty Free.

Receita Não Tarifária por segmento - 2015



Receita Não Tarifária por segmento - 2016



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2016	2015	Var. %
Pessoal	(161,2)	(171,0)	-5,7%
Conservação & Manutenção	(114,2)	(116,6)	-2,0%
Operacionais	(160,9)	(179,7)	-10,5%
Despesas Administrativas	(92,9)	(85,8)	8,3%
Outras receitas/despesas	44,0	(4,2)	-1157,1%
Outorga Variável	(184,8)	(183,5)	0,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados*	(670,1)	(740,8)	-9,5%

* Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção

* Desconsidera depreciação e amortização

Em 2016, os custos e despesas operacionais ajustados reduziram R\$ 70,7 milhões (-9,5%) em comparação ao ano anterior.

Pessoal: Redução de R\$ 9,8 milhões ou -5,7% em 2016, está relacionado ao aumento de eficiência operacional e reestruturação organizacional de GRU.

Conservação e Manutenção: Os custos e despesas alocados nessa rubrica diminuíram R\$ 2,3 milhões (-2.0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução decorre principalmente da revisão de escopos e renegociação dos contratos junto aos fornecedores.

Operacionais: Os custos dessa rubrica diminuíram R\$ 18,8 milhões justificados principalmente pela linha de energia, efeito da migração da compra de energia elétrica do mercado cativo para o mercado livre, além das reduções nas bandeiras tarifárias ao longo de 2016.

Despesas administrativas: O aumento decorre de despesas extraordinárias com a negociação do contrato de publicidade para futuro distrato.

Outras receitas/despesas: O resultado da conta é devido ao impacto da aprovação pelo Poder Concedente da 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão em dezembro, conforme decisão nº 191 da ANAC promulgada pelo Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2016.

Outorga variável: A despesa dessa rubrica acompanha o desempenho da receita. Nota-se que o crescimento de R\$ 1,2 milhão (+0,7%) é atribuído a performance de receita (+1,3%) superior ao ano de 2015 e ao impacto do início da tomada de crédito de PIS sobre a outorga variável que se iniciou em maio de 2016.

EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	2016	2015	Var.%
Receita Líquida Ajustada ¹	1.649,0	1.624,8	1,5%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ²	(670,1)	(740,8)	-9,5%
EBITDA Ajustado¹	978,9	883,9	10,7%
Margem EBITDA (%) Ajustada ¹	59,4%	54,4%	5,0%

Instrução CVM Nº527/12;

¹Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção

²Desconsidera depreciação e amortização e custo de construção

O EBITDA Ajustado em 2016 foi de R\$ 978,9 milhões, representando um crescimento de 10,7% em relação ao mesmo período de 2015. A margem EBITDA apresentou elevação de 5,0 p.p., tendo como principal contribuinte a rubrica de custos e despesas operacionais, que apresentou redução de 9,5%.

De acordo com os resultados trimestrais, é possível observar um resultado superior no segundo semestre devido sazonalidade das receitas, e, em especial no último trimestre, quando fora publicado pela ANAC o 1º reequilíbrio contratual.

EBITDA Ajustado (R\$ MM)



LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO

R\$ MM	2016	2015	Var. %
(Prejuízo) Líquido do Exercício	(1.068,4)	(1.372,4)	-22,1%
(-) Impacto Outorga Fixa (contábil)	1.518,5	1.743,4	-12,9%
Resultado Líquido Pré Outorga Fixa	450,0	371,0	21,3%
(+) Outorga Fixa - Caixa	(1.144,7)	(1.016,3)	12,6%
(Prejuízo) Líquido do Exercício Ajustado	(694,7)	(645,3)	7,7%

Em 2016, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 1.068,4 milhões, R\$ 304 milhões menor em relação ao ano anterior.

A redução do prejuízo apresentado pela Companhia decorre, principalmente, da despesa financeira com atualização da outorga fixa a pagar para o Poder Concedente que teve como principal impacto a redução do IPCA em 2016 quando comparado com o ano anterior. Caso a contabilização da outorga fixa fosse realizada pelo valor pago no ano, em vez da metodologia atual, o impacto no resultado seria R\$ 49,4 milhões pior em relação ao ano anterior. Neste cenário, o prejuízo registrado para o exercício de 2016 seria de R\$ 694,7 milhões em vez de R\$ 1.068,4 milhões.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2016, os principais investimentos ficaram concentrados nos projetos de Retrofit do TPS 2 e no sistema de bagagem. A Companhia também investiu nos bolsões de estacionamentos referente ao projeto de ampliação e implantação de vagas, recuperação do pavimento em pistas e pátios, licenciamento do software de faturamento e implantação do CCO (centro de controle operacional) nas operações de cargas. Contamos também com implantação dos sistemas de docagem, novos detectores de explosivos e modernização dos elevadores.

R\$ MM	2016	2015
Imobilizado	13,1	4,7
Intangível	132,2	286,4
Total Investido	145,4	291,1
Capitalização do Resultado Financeiro	435,2	672,9
Margem de Construção	3,7	9,1
Investimento Contábil	584,3	973,1

ESTRUTURA FINANCEIRA

R\$ MM	2016	2015	Var.%
Dívida Bruta	3.566,0	3.378,6	5,5%
Circulante	126,1	9,9	1173,5%
Não Circulante	2.700,9	2.677,1	0,9%
Debênture	739,1	691,6	6,9%
Disponibilidades	151,6	102,5	47,9%
Caixa e equivalentes de caixa	50,0	45,1	10,9%
Aplicações Financeiras	101,6	57,5	76,8%
Dívida Líquida	3.414,4	3.276,1	4,2%

A dívida líquida da Concessionária aumentou em R\$ 138,4 milhões (4,2%). O principal fator são as novas captações do Empréstimo de Longo Prazo com BNDES e bancos repassadores.

▪ PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2016, o GRU Airport foi reconhecido em pesquisas realizadas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) como o melhor aeroporto do país no primeiro, segundo e terceiro trimestre, na categoria de aeroportos que recebem mais de 15 milhões de passageiros por ano. A pesquisa é realizada a cada trimestre para avaliar o desempenho operacional dos principais aeroportos do Brasil.

O GRU Airport foi considerado o segundo mais pontual do mundo na pesquisa *Punctuality League 2016* da OAG, uma das consultorias mais prestigiadas do mundo em inteligência de mercado de aviação. No ranking entre os terminais com movimentação acima de 20 milhões de passageiros/ano, Guarulhos obteve performance de pontualidade de voos de 85,28% nas partidas, atrás apenas do aeroporto de Haneda, em Tóquio/Japão, com 87,49%. No levantamento de 2015, o GRU Airport aparecia na terceira colocação.

A pontualidade também foi destaque em pesquisa da consultoria de dados norte-americana *Flightstats*, principal fornecedora mundial de dados de voo em tempo real. A empresa elegeu Guarulhos como o segundo aeroporto do mundo com maior número de voos saindo no horário no mês de agosto, 88% de precisão, atrás apenas do Aeroporto de Istambul.

Em pesquisa Datafolha Turismo – Viajar 2016, divulgada em agosto, o GRU Airport foi eleito pela segunda vez consecutiva como o melhor aeroporto do país entre os passageiros.

Em setembro, o GRU Airport recebeu o prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com os Jornalistas 2016, na categoria Logística e Transporte, ao lado de Latam e Embraer. A premiação é promovida pelo Cecom (Centro de Estudos da Comunicação) em parceria com a revista Negócios da Comunicação e está na sua 6ª edição.

O atendimento durante os Jogos Olímpicos Rio 2016 também foi motivo de reconhecimento de turistas e atletas que passaram pelo aeroporto durante os jogos. Em outubro, o GRU Airport recebeu o prêmio Aviação é Ouro, promovido pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, após pesquisa realizada entre os dias 1º e 22 de agosto de 2016. O aeroporto obteve a melhor avaliação no ranking de satisfação dos passageiros, com nota 4,55 em uma escala de 1 a 5. O índice geral de pontualidade foi de 94,8%, o melhor já registrado em uma operação especial do setor de Aviação Civil no País.

Por fim, GRU Airport foi eleito como um dos 20 melhores aeroportos do mundo pela revista britânica *International Airport Review*. Esta revista é uma das principais

referências do segmento aeroportuário do mundo. De acordo com a publicação, a qualidade dos serviços durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 nos posicionaram como um dos gigantes no setor.

▪ RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DESEMPENHO AMBIENTAL

O Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos é um dos principais hubs da América Latina e o mais movimentado aeroporto da América do Sul, se constituindo no principal polo econômico do município de Guarulhos. A Concessionária GRU Airport está comprometida com a proteção ao meio ambiente e tem compromisso em assegurar o cumprimento das leis, normas e padrões socioambientais aplicáveis à gestão aeroportuária, em harmonia com a comunidade e com o meio ambiente. Diante deste cenário a Concessionária estabeleceu três vertentes importantes para a obtenção dos objetivos relacionados a proteção ao meio ambiente: (i) atender a legislação ambiental; (ii) treinamento e educação corporativa; (iii) desenvolvimento de programas ambientais.

Considerando os objetivos supracitados, a Companhia desenvolveu no ano o Plano de Gestão Ambiental, abrangendo os seguintes programas/atividades ambientais:

- Gestão de Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Resíduos;
- Gestão de Recursos Hídricos;
- Riscos Ambientais;
- Conservação de Energia;
- Qualidade do Ar;
- Ruído Aeronáutico;
- Gestão do Perigo da Fauna;
- Flora e Solo;
- Educação Ambiental;

Com a operação buscando estar projetada, cada vez mais, para minimizar os impactos ambientais e maximizar as oportunidades para geração de benefícios, a filosofia da Concessionária é superar-se, dia após dia, realizando ações, muitas vezes simples e de baixo custo, mas com relevantes e positivos impactos, garantindo não somente a proteção ao meio ambiente, mas também, a segurança das operações aeroportuárias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do GRU Airport tem como objetivo abrir um canal de diálogo com a comunidade, gerar desenvolvimento social no entorno do aeroporto e fomentar a sustentabilidade do negócio. No âmbito estratégico, a empresa utiliza os indicadores socioambientais dos Instituto Ethos e GRI (*Global Reporting Initiative*) para propor a implementação de boas práticas ao negócio.

Atualmente, os principais projetos sociais apoiados pelo GRU Airport são:

- **Projeto Afinando o Futuro com Arte:** projeto socioeducativo, localizado no sítio aeroportuário, que atende crianças e adolescentes do entorno do Aeroporto no contra turno escolar. São 120 alunos, entre 6 e 18 anos, nas seguintes atividades: música, inglês, informática, artes, ética e cidadania e esportes.
- **Primeiro Voo:** Parceria com a Wizard Idiomas, o projeto oferece curso de inglês e reforço escolar (matemática e português) para os atendidos no projeto Afinando o Futuro com Arte visando, futuramente, prepará-los para o mercado de trabalho.
- **Decolando com Guarulhos:** Parceria com o Sebrae com o objetivo de estimular a formalização de empreendedores e o fortalecimento das micro e pequenas empresas do município de Guarulhos.
- **Investimento social – Subcrédito social C:** Linha de crédito contraída junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada a investimentos sociais em benefício da população local. Já foram aprovados os seguintes projetos:

Prêmio “Decolando com Guarulhos”: Investimento em infraestrutura e/ou máquinas e equipamentos, dedicados aos microempreendedores do entorno.

Bioplanet: Construção da Usina de Biodiesel a partir de óleo de cozinha usado, operada pela Coopreciclável (Cooperativa de Catadores da região de Guarulhos).

Acolhimento e capacitação: Reforma e ampliação do abrigo para acolhimento e capacitação de refugiados.

Afinando o Futuro com Arte: Investimento na infraestrutura e equipamentos do projeto.

Coliseu Boxe Center: Reforma da unidade esportiva do bairro “Pimentas”. Projeto de esporte para jovens de comunidades carentes.

DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

As práticas de recursos humanos disseminam ações direcionadas para atrair, desenvolver, reconhecer e reter profissionais capazes de sustentar a estratégia da Companhia. Além disso, busca agregar valor a partir do desenvolvimento das pessoas, com ações voltadas para a análise de performance, mapeamento das competências e no aprimoramento da capacitação profissional, atuando na melhoria contínua do ambiente de trabalho. Em 2016, realizamos 121.537 horas de treinamentos para colaboradores e a comunidade aeroportuária.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes são valorizadas na Companhia e, como representantes desta, precisam atuar em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da Concessionária. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo de denúncia.

A Invepar e as concessionárias Lamsa, Litoral Norte (CLN), Raposo Tavares (CART), Bahia Norte (CBN), MetrôRio, Gru Airport e Via 40 assinaram em 09 de dezembro, dia mundial de combate à corrupção, o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, juntando-se a outras mais de 400 empresas que têm por objetivo a promoção de um mercado mais íntegro e ético e divulgam essa atitude entre seus públicos de interesse.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Grupo Invepar implementou no ano de 2015 um programa de Gestão de Riscos Corporativos, denominado como *Enterprise Risk Management*, não somente para a *holding*, mas também para todas as empresas do Grupo. A Concessionária teve seu processo finalizado ao final de 2014, com a construção do Mapa de Riscos. A partir do início de 2015 foi criado o Comitê de Riscos, cuja finalidade é acompanhar, trimestralmente, os avanços no âmbito da dinâmica que a gestão de riscos requer. Todo este processo tem uma linha de reporte direta à Diretoria de Riscos e *Compliance* do Grupo Invepar que valida e consolida todas as ações pertinentes ao processo de gestão dos riscos corporativos, apresentando-as, periodicamente, ao Comitê de Auditoria. Dessa forma, a Concessionária, através deste processo, visa garantir o equilíbrio entre a

realização das oportunidades de ganho e a redução de possibilidades de perdas no alcance de seus objetivos estratégicos.

No âmbito de *Compliance*, o Grupo Invepar, visando estar alinhada com as melhores práticas de governança e com o que se estabelece na Lei Brasileira Anticorrupção Empresarial, Lei 12.846/2013, deu início no ano de 2016 a um processo consistente de implantação e desenvolvimento da área de *Compliance* na *holding* e em todos os seus ativos, processo este que se propõe a avanços significativos em busca da excelência empresarial, para ser reconhecida pela construção de um sistema de gestão de *compliance* robusto, independente e autônomo, e que seja suportado em seus processos pelas melhores práticas de Governança Corporativa. Desta maneira, a Concessionária estabeleceu sua área de *Compliance*, seguindo as diretrizes do Grupo Invepar, cujos objetivos principais são:

- habilitar a empresa a gerenciar, com eficiência, seus riscos internos e externos relacionados a conformidades regulatórias;
- contribuir para mitigar riscos de responsabilidades legais protegendo a reputação da empresa.

Assim, através da gestão de Riscos e *Compliance*, os benefícios auferidos por uma organização se tornam tangíveis através do ganho de credibilidade no mercado em que se está inserido ensejando aumento de valor e uma maior solidez dos objetivos estratégicos.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta suas demonstrações contábeis do ano de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com Grant Thornton Auditores Independentes em 2016 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2017.

▪ **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 24 de março de 2017, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº. 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Grant Thornton Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária.

3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.”

Guarulhos, 24 de março de 2017.

Rodolfo Fernandes da Rocha

Presidente e Membro do Conselho Fiscal

Débora Benassi

Secretária da Reunião

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 24 de março de 2017, referente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.